

PLENÁRIA FINAL

DELIBERAÇÕES

ANÁLISE DE
CONTEXTO/DIAGNÓSTICO E
VISÃO DE FUTURO

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

ANÁLISE DE CONTEXTO E DIAGNÓSTICO

1. ANÁLISE DAS AMEAÇAS (EXTERNAS)

(Sistema Capitalista e Sociedade Conservadora)

1. O sistema econômico predominante que favorece ao acúmulo de capital, sendo contrário aos princípios da economia solidária. O fortalecimento do Capitalismo em sua fase neoliberal e seus aparatos ideológicos, utiliza e instrumentaliza princípios, metodologias e práticas da economia solidária e dos movimentos sociais para se beneficiar. **(MP 02, MP 06, 08 Alvorada, 09Águas Claras)**
2. A crise mundial que pode afetar diretamente a economia solidária através da redução de crédito, do acompanhamento técnico e outros apoios governamentais. **(MP 02, MP 06, 08Alvorada, 09Águas Claras)**
3. A conjuntura política apresenta uma onda conservadora, apoiada pela grande mídia e com reflexos no Congresso Nacional, ameaçando retroceder no que conquistamos nos últimos anos com muita luta e sacrifício na Economia Solidária.**(MP 02, MP 06, 08Alvorada, 09Águas Claras)**
4. Dificuldade do reconhecimento dos princípios da economia solidária pela sociedade ao valor solidário dos nossos produtos pensando a economia solidária como uma utopia. **(MP 09Águas Claras)**
5. A contradição do sistema capitalista que gera crescimento econômico sem desenvolvimento social. **(MP 06)**
6. Mudanças no cenário político e a desmobilização dos militantes do movimento da ECOSOL. **(MP 06)**
7. Criminalização das ações e reivindicações dos movimentos sociais. **(MP 06)**

(Modelo de Produção Industrial Hegemônico)

8. A produção industrial em larga escala, baseada na exploração de mão de obra, com forte presença de atravessadores e a “força” do consumo inconsciente e o consumismo, inclusive estimulados pela mídia. (MP 06 e MP 07Master)
9. A existência de relações injustas de disputas de mercado, com oportunistas e aproveitadores e falta de divulgação da economia solidária com necessidade de campanha na mídia. (MP 10Buriti)
10. O monopólio produtivo do setor empresarial, a forte concorrência das grandes empresas, a falta de incentivo econômico, a falta de capital, as altas cargas tributárias, a prática das terceirizações, a falta de logística (indisponibilidade de recursos hídricos e de infraestrutura de estradas e transportes deficitários por exemplo), as dificuldades de escoamento da produção. (MP 07Master)
11. O incentivo ao empreendedorismo individual, investimento público no fortalecimento

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

do emprego no mercado assalariado privado em detrimento do investimento na economia solidária, segmentação das economias (verde, criativa...), produtos estrangeiros que entram no mercado, redes de fast food, favorece a cooptação dos trabalhadores/as para as práticas que ferem os princípios da Economia Solidária e fragilizam a organização coletiva dos empreendimentos. (MP 08Alvorada e 09Águas Claras)

(Força do Agronegócio)

12. Fortalecimento do conservadorismo e avanço do agronegócio, do latifúndio e da monocultura, reconcentração de terras, compra e terras por estrangeiros, junto ao uso do agrotóxico em detrimento da agroecologia e Economia Solidária. (MP 09Águas Claras, 07Master)

13. A força da bancada ruralista, com expansão do agronegócio e a possível entrada da Kátia Abreu no MAPA, ausência da reforma-agrária, conjuntura política e midiática desfavorável. (MP 10Buriti)

14. A Economia Solidária não participa e nem influencia nos grandes temas e projetos nacionais (PAC, Brasil Sem Miséria e outros). (MP 08Alvorada)

(Sistema Político e Legislativo)

15. Sistema político e legislativo (federal, estaduais e municipais) com perfil e composição reacionária, conservadora e insensível. Desinteresse de parte do poder público pelas práticas e políticas da economia solidária. (MP 01, MP 07Master, MP 03, MP 02)

16. Ausência de questões como a reforma política, o marco regulatório das organizações da sociedade civil, que limitam os avanços e participação nas políticas públicas de economia solidária, no legislativo. (MP 01, MP 07Master, MP 03, MP 02)

17. A influência do capital, por meio do financiamento privado de campanhas, interferindo na definição das leis. (MP 08Alvorada)

18. Descumprimento das Leis ligadas à Economia Solidária. (MP 07Master)

19. Ligação do Governo Federal com movimentos contrários à ES (como os de interesse neoliberais, ruralistas, empresariais, multinacionais). (MP 03)

(Gestão Municipal)

20. Incapacidade de gestão dos governos municipais e Estaduais em executar as políticas públicas da ECOSOL, seja pela inoperabilidade burocrática, seja pelo desinteresse ou descrença política e ideológica, bem como a ausência do marco legal- Lei Nacional de ECOSOL e políticas públicas para os EES. (MP 06).

(Marco Legal)

21. Inexistência do marco legal da economia solidária (não aprovação da lei), portanto de política de Estado e não de governo, dificultando a implantação das políticas públicas de estado nas diferentes esferas de governo, inviabilizando a criação de um fundo nacional de repasse de verbas, dificultando o acesso aos recursos orçamentários e assessoria técnica, permitindo pouco reconhecimento da como EES, falta de formação para a gestão, gerando descontinuação das ações devido a mudanças de governos. (MP 04, 06, 07Master, 09Águas Claras e 10Buriti)

22. Ausência e pouco investimento em cursos de produção e gestão, em capacitação e

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

pesquisa para melhoria da qualidade dos produtos; falta de espaços de educação superior que priorizem temáticas da ECOSOL, e de escolas do campo e no campo; de assessoria técnica e ações de elevação da escolaridade referenciada na educação popular e na economia solidária. (MP 04, 06, 07Master, 09Águas Claras e 10Buriti)

23. Falta de acesso ao crédito, de espaços e logística de produção e comercialização, dificuldade de acesso à formalização dos empreendimentos, falta de entidades de apoio, falta de comunicação entre atores do governo e empreendimentos e dificuldade de acesso aos editais. (MP 04, 06, 07Master, 09Águas Claras e 10Buriti)

24. Burocratização na constituição e manutenção dos EES, na comercialização junto aos órgãos públicos, nos mercados formais, no acesso ao crédito. Ao mesmo tempo que temos legislações que favorecem o acesso dos empreendimentos que não estão sendo cumpridas. (MP 04 e 08Alvorada))

25. Desarticulação dos diferentes níveis das esferas de governo na implementação e execução das políticas públicas. (MP 04)

26. Construção de ações do PRONATEC, fora do foco de ECOSOL, como sendo este um programa para atender a qualificação técnica da ECOSOL. (MP 06)

27. Falta de certificação/selo para os produtos da ECOSOL. (MP 06)

28. Não priorização da economia solidária no governo, com contingenciamento dos recursos destinados a economia solidária, maior investimento nas microempresas do que nos EES, formação de EES pelo Sistema S sem formação política. Burocracia, falta de crédito e infraestrutura para acessar as políticas públicas. (MP 10Buriti)

29. Descumprimento da Política Nacional de resíduos sólidos. (MP 01)

30. Enfraquecimento da SENAES na estrutura de Governo, junto a entrada da OCB na Economia Solidária. (MP 01)

2. ANÁLISE DAS FRAQUEZAS (INTERNAS)

(Políticas De Estado)

1. O tecnicismo burocrático que promove a homogeneização das políticas públicas, desconsiderando as regionalidades, e a ausência de instrumentos públicos de assistência técnica continuada com processos pedagógicos adequados no interior dos empreendimentos que garantam o empoderamento e a efetividade da sua gestão (GT 01 e 07).

2. Falta de políticas públicas permanentes de incentivo à comercialização, à logística e ao apoio aos empreendimentos da economia solidária urbanos e rurais. Falta de políticas de Estado e não políticas de governo, não transformação de políticas de governo em políticas públicas, bem como falta de indicativos e estratégias para a territorialidade e apoio às atividades no território e ao acesso à informação sobre editais e aos próprios editais. (GT 01, 03, 05, 06, 09 e 10)

3. Políticas assistencialistas que desconstroem a conquista de direitos, o que nos deixa à mercê dos governos e partidos nas três instâncias. Também falta parceria governamental,

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

comunicação entre atores do governo e empreendimentos, institucionalização da intersectorialidade das políticas de economia solidária (integração das políticas públicas) e recursos. (GT 05, 06, 07 e 10)

4. Ausência de marco legal que regulamente a economia solidária e o cooperativismo (leis adequadas ao fortalecimento da ES) - com a não aprovação da lei nacional de economia solidária - que garanta o devido reconhecimento da identidade própria da Economia Solidária e a implementação do Sistema Nacional de Economia Solidária, do Programa Nacional de Economia Solidária e do Fundo Nacional de Economia Solidária. (GT 02, 03, 06, 07, 08, 09 e 10)

5. Baixa representatividade legislativa com parlamentares comprometidos com a economia solidária, o que compromete inclusive a captação de recursos e a baixa credibilidade dos produtos e dos serviços da economia solidária por parte dos governos. (GT 03)

6. Falta de transparência na gestão das políticas de economia solidária. (GT 01)

7. Pouca articulação entre os territórios e os empreendimentos sobre a divulgação do trabalho da economia solidária, como também a falta de divulgação e marketing junto à mídia sobre a Economia Solidária. (GT 01 e 06)

8. A maioria dos empreendimentos não tem acesso às políticas que assegurem assessoria técnica continuada, infraestrutura, certificação de produtos, recursos financeiros/crédito solidário, formação, organização da produção, comercialização e consumo e, ainda, dificuldade de entendimento de alguns gestores públicos sobre economia solidária. Falta de investimento na economia solidária como um todo e em especial nos grupos de mulheres que seguem mais empobrecido. (GT 02, 07)

9. Falta de clareza nos processos de implantação de alguns projetos voltados para a Economia Solidária, sendo que, por vezes, percebemos o despreparo dos gestores públicos em entender os processos e princípios da Economia Solidária como ferramenta de desenvolvimento local. (GT 08)

(Mercado e Crédito)

10. Invisibilidade perante as ações e políticas públicas, o que dificulta o acesso aos mercados, ao crédito e à inclusão dos jovens, como também a discriminação de formas organizativas e a competitividade dentro dos próprios movimentos da Economia Solidária. (GT 01)

11. A falta de estrutura adequada para a produção e comercialização: dificuldade com vigilância em saúde, dificuldade de espaços físicos para comercialização e logística para escoamento da produção e na viabilidade econômica dos EES acarreta em processos segmentados, que não favorecem a constituição e consolidação das redes de comercialização, produção e consumo. (GT 04, 05, 07)

12. Inexistência no mercado de regras próprias para a economia solidária, com dificuldade de acesso à formalização dos empreendimentos e desigualdade em relação ao mercado capitalista. (GT 06, 09)

13. Dificuldade de sobrevivência dos empreendimentos, devido à falta de: linhas de financiamento e linhas de créditos, adequados à realidade da Economia Solidária (sem burocracias para serem investidos nos empreendimentos solidários), o que dificulta o acesso dos empreendimentos a recursos para investimento e capital de giro. Falta de espaços

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

físicos, de apoio para cooperativas e falta de comunicação (marketing). (GT 06, 07, 09, 10)

14. Pouco trabalho de desenvolvimento das experiências de finanças solidárias (cooperativas de crédito solidário, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários) nos territórios. (GT 06)

(Princípios da Economia Solidária e Condições de Trabalho)

15. A disseminação da intensificação do trabalho (exagerado) e da precarização impõem limites aos trabalhadores e trabalhadoras para participarem dos espaços de formação em economia solidária, além da dificuldade de transporte para participar das reuniões. (GT 03, 05, 07)

16. Empreendimentos que acessam os recursos da economia solidária mesmo sem se reconhecer como empreendimento e não praticar os princípios da economia solidária. (GT 06)

17. Os empreendimentos se apresentam muitas vezes desorganizados, com deficiências na gestão interna e com pouco poder político e de articulação. Além disso, há uma concentração de empreendimento em determinados setores, o que não favorece a inserção dos mesmos em outros mercados e a incorporação de novas tecnologias. (GT 08)

(Educação e Assessoramento Técnico)

18. Falta de formação em economia solidária no âmbito da educação formal e inserção da economia solidária no currículo escolar em todos os níveis. Ausência e pouco investimento em cursos de produção e gestão, em capacitação e pesquisa para melhoria da qualidade dos produtos; de espaços de educação superior que priorizem temáticas da economia solidária, de escolas do campo e no campo; de assessoria técnica e ações de elevação da escolaridade referenciada na educação popular e na economia solidária. (GT 04, 06, 07, 09)

19. Falta de formação continuada contextualizada nos princípios da economia solidária, tanto por parte das assessorias quanto internamente aos grupos e, também, de qualificação e assessoria técnica adequada e contínua, na gestão e na formação, bem como formação para gestores públicos e um centro de referência com formação, qualificação e tecnologia. (GT 04, 06, 07)

20. Assessorias/entidades que se formam dentro dos princípios capitalistas;(GT 07)

21. Falta de participação dos empreendimentos tanto em oficinas, quanto em reuniões. (GT 06)

22. Nossas institucionalidades continuam sem o apoio necessário para exercer seu papel de animação dos movimentos, planejamento, controle e gestão de políticas públicas para a economia solidária. (GT 02)

23. Ausência de pontos fixos de apoio à autogestão. (GT 06)

24. Baixa escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras da Ecosol. (GT 06)

25. Formação política dos militantes da ES fragilizada em relação à consciência de classe, gênero e raça, o que é insuficiente para formar uma militância crítica e politizada. (GT 06)

26. Inexistência de uma escola nacional de formação política em ES na perspectiva latino americana, envolvendo o conjunto dos trabalhadores latino-americanos organizados em

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

torno do associativismo. (GT 07)

27. As Assessorias se tornaram “sanguessugas” (ONGs e prestadoras de serviços, com raras exceções) porque o repasse das verbas não chega aos empreendimentos (GT 07).

28. Existem políticas de formação ao micro empreendedor individual e pouco para a economia solidária (GT 05).

29. Falta de formação em economia solidária estruturada e continuada, fomentada dentro do próprio movimento causa a sub-representação e a ausência da juventude e de políticas específicas (GT 10).

30. Necessidade de articular a educação popular e cidadã adaptada às realidades locais, com capacidade de integração de jovens, dos indígenas e dos quilombolas (GT 10).

(Organização do Movimento)

31. Inexistência de fóruns de ECOSOL e/ou fragilidade dos fóruns de ECOSOL existentes (territoriais). (GT 05)

32. Falta de articulação interna dos EES e integração com outros movimentos populares e sociais organizados. (GT 06)

33. Ausência de auto-identidade da prática de economia solidária em alguns grupos e a própria economia solidária ainda não se vê como movimento político. Falta de identidade do Movimento e dificuldades na linguagem, com a utilização de nomenclaturas diversas: economia verde, economia criativa, dentre outras. (GT 07 e 03)

34. Falta de conhecimento da economia solidária na gestão pública, ausência, debilidade ou invisibilidade da economia solidária com órgãos do poder publico. (GT 07)

35. Falta de comprometimento, parceria, ciúmes, problemas de relações, individualismo, ganância, desunião, companheirismo, partidarização passional da economia solidária, integração dos projetos e dos recursos, comunicação, formação política, visibilidade da economia solidária. (GT 07, 10)

36. Falta de real compreensão da autogestão, respeito às diferenças e da intencionalidade política da economia solidária, gerando baixo comprometimento e compromisso dos gestores e de lideranças dos EES e dependência cultural do paternalismo. (GT 07)

37. A vaidade divide o movimento, os egos institucionais ou individuais se sobressaem e geram distanciamento da base, faltando consciência crítica e ética e causando descrença das pessoas nos territórios. (GT 07 e 08)

38. Falta de comprometimento de lideranças que assumem os fóruns e abandonam os empreendimentos, situação gerada com oportunistas que se apropriam dos EES para próprio benefício e surgimento de grupos antagônicos que destroem o que está construído. (GT 01, 07)

39. Divergências internas no movimento, causando desconhecimento mais profundo sobre a economia solidária, como reflexo de deficiências quanto à formação - prejudicada por certa desorganização interna do trabalho nos grupos - que se expressa na disputa política, no individualismo, na falta de solidariedade, falta de companheirismo, dificuldade nos relacionamentos, falta de comprometimento dos gestores e de lideranças dos

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

empreendimentos, gestão antidemocrática característica da lógica capitalista que causa a desvalorização do trabalho solidário e dificulta a unidade do Movimento. Dificuldade de abandonar o espírito capitalista de competição, colocando o individual em detrimento do coletivo. (GT 03, 04, 05, 06, 07, 10)

3. ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES

(Governo/Diálogo /Políticas Sociais / Programas)

1. Sinergia entre as várias políticas e programas sociais como o PNAE, PAA, PRONAF, PRONATEC, PROJOVEM, oportunizando a participação na elaboração do PPA/LOA nas esferas do poder, inclusive contando com o apoio de empresas públicas de assessoria e ONG's, redes e afins, assim como abertura de editais de apoio a Economia Solidária **(MP 01, Master)**.
2. O diálogo com o Governo Federal com a possibilidade de manutenção de conquistas, acesso a fundos governamentais e a contratos com órgãos governamentais além da possibilidade de ampliar o número de centros públicos e os processos de formação. Também, a identificação, sensibilização e apoio à Ecosol com o fortalecimento da SENAES e a ampliação da articulação com outros ministérios, reforçado pela manifestação de abertura para o diálogo da presidenta Dilma, explícito no seu discurso nesta conferência. Neste contexto a 3a CONAES traz uma inovação ao propor a construção dos planos municipais, territoriais, estaduais e distrital, e nacional de Economia Solidária **(MP 03, 05, Alvorada)**.
3. Fortalecer o diálogo entre o movimento e Governo Estadual, Municipal e Federal para apropriação dos instrumentos, projetos e ações em favor da Economia Solidaria que está presente em várias políticas públicas **(MP 06);**
4. Reeleição da presidenta e sinalização de reconhecimento político do movimento; o quadro político atual **(MP 06);**
5. Diálogo com o poder público, na implementação dos programas e projetos municipais, estaduais e federal que favoreçam a economia solidária, apoio a integração de projetos entre os Ministérios. Aproximação com a política de sustentabilidade, assistência social, juventude e educação e promoção do diálogo com jovens, indígena e quilombola além de inserção nos programas sociais existentes **(MP Master, Buriti)**.
6. Integração de projetos de Ecosol nos estados **(MP Master)**.
7. Implantação do CADSOL como instrumento de reconhecimento da economia solidária e acesso às políticas públicas **(MP 04, 05, Master)**.
8. Certificação (selo) dos produtos e empreendimentos **(MP 05);**
9. A inserção nos processos de compras governamentais **(MP 06);**
10. A ampliação e criação de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar bem como a possibilidade de reconhecimento e certificação dos empreendimentos econômicos solidários no CADSOL. Além disso, ainda no campo das políticas públicas, o acesso adequado de crédito através de subsídios com bancos e governos, ou ainda nos instrumentos de finanças solidárias da Economia Solidária **(MP Alvorada)**.
11. Legislação dos informais; Livre expressão; Integração dos poderes com os Fóruns **(MP Master);**

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

12. Fundos da Ecosol; - Abertura para participar em editais, feiras e possibilidades municipais de aprovação de leis; - Abertura do poder público federal para consolidar a ES (MP Master);

(Organização/ Articulação do Movimento/ Ações)

13. O acompanhamento da elaboração do plano nacional de Ecosol e sua implementação (MP 06);

14. Criação e estímulo ao protagonismo da juventude dentro das práticas da Ecosol, através de políticas públicas que fortaleçam a cultura e o território (MP 06);

15. Organização dos empreendimentos para viabilizar a legalização, certificação, logística e a autonomia dos movimentos de Economia Solidária pautados no atual processo de construção, organização e potencialização de grupos (saúde mental, egressos (as) do sistema penal), e empreendimentos solidários, respeitando gênero, raça e etnia, orientação sexual, geração e religiosidade (MP 01).

16. Um projeto político que consolida a ES – Economia Solidária e os movimentos sociais, com resgate inclusive dos valores de vida incluindo a saúde física e mental em especial (MP 03, 05).

17. Continuidade do fortalecimento das Redes Economia Solidária e da organização dos atores sociais comprometidos com a Ecosol (MP 06, Master);

18. Divulgação das potencialidades dos empreendimentos formais e informais que não são reconhecidos e divulgados (MP 06);

19. O surgimento de novas organizações e movimentos sociais que defendem a justiça social e possibilitam os debates sobre a articulação entre Educação e Economia Solidária na perspectiva da construção de uma cultura do bem viver na sociedade (MP 08 Alvorada).

20. Movimentação nacional para discutir a organização da Ecosol (MP Master);

21. Troca de experiências (MP Master);

22. Incentivar as pessoas para participar em fóruns, audiências públicas, encontros e formações (MP Master);

(Marco Legal)

23. Aprovação e regulamentação do marco legal da economia solidária aproveitando a aprovação do marco regulatório da sociedade civil e da política de participação social; Inclusão no PPA (plano plurianual) (MP 07).

24. Aprovação da lei geral de economia solidária (MP 06, 10, 07);

25. Regulamentação de compras públicas dos empreendimentos econômicos solidários (modificação da lei 8666) (MP 10, 07);

26. Lutar pela criação do Ministério ou Secretaria Especial da Ecosol com destinação de uma porcentagem do PIB Nacional e Estadual e dos recursos dos royalties do petróleo, incluindo a economia solidária nos recursos do pré-sal destinados à educação; com um sistema de inspeção dentro de um órgão específico (como EMATER e EMBRAPA) para a certificação dos grupos da economia solidária em parceria com os estados; projetos para fortalecimento dos EES nos bancos públicos (MP 10 Buriti).

(Comercialização / Consumo consciente)

27. O Aumento do consumo consciente dos produtos da Ecosol e o avanço da comercialização de produtos e consumo de produtos agroecológicos (MP 06);

28. Fidelizar Consumidores de Economia Solidária, dentro do recorte de gênero (MP 06);

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

29. As tecnologias de informação, a exemplo do cirandas, são ferramentas para consumo dos produtos da ecosol (MP 06);
30. Bancos comunitários, fundos rotativos solidários, clubes de trocas, feiras livres e espaços públicos de comercialização voltados para o turismo e evento (MP 01);
31. Abertura e não monopolização das grandes feiras e espaços de comercialização, ampliar através de cooperativas mais espaço para o trabalho (MP 07).
32. Participação em eventos e feiras locais, territoriais, estaduais, nacionais e internacionais que possibilitam a comercialização (MP 04).

(Meio Ambiente)

33. Conscientização da população através o tema “meio ambiente” que está na pauta do dia (MP 07);
34. Uma cultura de desenvolvimento sustentável (MP 06);

(Formação)

35. Parceria com as universidades e a existência de cursos de extensão, projetos de extensão e pesquisa universitária, especialização, mestrado e doutorado voltados para economia solidária. Colocar em prática a educação popular como disciplina obrigatória. (MP 04, MP 07).
36. A educação em geral, especialmente a educação popular (MP 06);
37. Formação política; os intercâmbios, seminários, conferências e plenárias (MP 06);
38. Repensar a formação e fortalecer a nossa capacidade de levar a público o que é Ecosol (MP 06).

(Meio de comunicação)

39. Meios de comunicação social (MP 07);
40. Aproveitar dos canais públicos de comunicação para divulgação dos produtos da Ecosol (MP 06);

4. ANÁLISE DAS FORÇAS (INTERNAS)

(Movimento)

1. Nossa própria história, A organização dos grupos promovendo o trabalho em redes e a socialização de conhecimento garantindo a resistência e sobrevivência dos grupos e empreendimentos de Economia Solidária que mesmo sem muito incentivo público vem garantindo o reconhecimento e o respeito das mulheres, diferentes etnias, povos tradicionais, orientação sexual e religiosidade. A consolidação dos princípios e dos valores da economia solidária através da participação popular, com a multiplicação dos empreendimentos e entidades de apoio e fomento, no âmbito dos fóruns e das organizações do movimento. São esses princípios: sustentabilidade, solidariedade, autogestão, diversidade, partilha de saberes, cuidado ao meio-ambiente, respeito aos trabalhadores e trabalhadoras e a família, visando o bem-viver, luta constante pela igualdade étnico-racial, de geração e de gênero, persistência dos EES, participação popular, resgate da cultura, saberes e fazeres locais, e o protagonismo dos jovens e das mulheres no movimento de economia solidária (MP 1,3 e Buriti).
2. A organização do movimento de economia solidária com sua articulação nas esferas federal, estadual ou distrital, territorial e municipal, favorecendo o diálogo com outros

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

movimentos e a aproximação com os gestores públicos. A proposta da economia solidária surge do movimento popular de baixo para cima, construindo uma alternativa de economia em âmbito nacional, com a consolidação de organizações públicas e sociais como: FBES, FEES, FMES, UNICOPAS (juntando UNICAFES, UNISOL e CONCRAB), as redes existentes (catadores, de empreendimentos solidários, ITCs, rede de bancos comunitários e rede de fundos solidários, etc) e secretarias municipais, estaduais e a SENAES, os Conselhos de ES (nacionais estaduais e municipais).(MP Alvorada, Aguas Claras e Buriti)

(Empreendimentos Econômicos Solidários)

1. Temos empreendimentos econômicos solidários diferentes que constroem outra economia com história e cultura do fazer solidário diferente do capitalismo e que estão organizados de forma auto-gestionária com reconhecimento e expressão na sociedade. A organização dos Empreendimentos em Redes, ainda que incipiente, configura-se como uma grande possibilidade de fortalecimento dos empreendimentos e conseqüentemente, do Movimento de Economia Solidária. As redes com criatividade, com o compromisso e disponibilidade dos participantes podem fortalecer as parcerias, o apoio institucional em todas as esferas de governo e a organização do movimento de Economia Solidária; bem como, facilitam as compras públicas a exemplo do PNAE/PAA. São um exercício de vivência dos princípios e valores da Ecosol e modelo de organização. **(MP 1,2, 3 e 6)**

2. A união de trabalhadoras e trabalhadores dos EES's, através do trabalho coletivo (a união, a capacidade, a persistência), capacidade de mobilização, sonhos, desejos e vontade de construir a ES; temos redes de empreendimentos, movimentos e organizações de economia solidária de diversas expressões, temas e institucionalidades com espaços de gestão social e coletiva com participação expressiva das mulheres. Destaca-se também o fortalecimento dos empreendimentos associativos solidários, organizações coletivas, fóruns, redes e conselhos e, nacionalmente, a construção do plano. A diversidade cultural e produtiva da ecosol baseadas em valores, que vão além do econômico, o consumo consciente e responsável na produção cultural, social, econômica e ambiental. **(MP 2,3,4,5,Master e Águas Claras)**

3. A união das mulheres e ampliação da consciência coletiva e abertura para o debate da economia solidária e feminista, em diálogo com as diversas organizações sociais em busca do fortalecimento da rede ecosol, buscando garantir a intencionalidade política da ecosol. **(MP Master)**

(Experiências)

4. A existência das experiências da economia solidária regionais, locais e territoriais que transformam as potencialidades naturais em riquezas de formas sustentáveis e a diversidade de EES, com experiências consolidadas e soluções criativas sustentáveis de organização, produção, comercialização e articulação em rede. E ainda, os instrumentos estratégicos da Ecosol e suas experiências já consolidadas fomentam e facilitam a organização e a mobilização comunitária, trabalham com a diversidade e conseguem dar visibilidade a comunidades e grupos tradicionalmente excluídos. As metodologias atuais de diversos grupos populares que realizam e praticam a Educação Popular dentro de atividades formativas dialógicas (movimentos sociais, EJA, Educação no campo, PRONATEC, Universidades-Incubadoras). (MP 4,6 e Alvorada)

(Política Pública)

5. O contexto político atual garantindo a institucionalidade e o reconhecimento dos

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

Fóruns e Conselhos Territoriais, Estaduais e Nacionais de Economia Solidária promovendo o reconhecimento dos direitos e a criação de políticas públicas e apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, tais como finanças solidárias. Temos um ambiente favorável com governos sensibilizados com políticas públicas, programas, projetos, estruturas, mandatos, movimentos e parceiros que nos permitem e possibilitam avançar no fortalecimento da economia solidária bem como no processo de construção e organização dos movimentos sociais. Esse ambiente vem garantindo a diversidade e inter-relação entre os movimentos envolvidos no processo advindo da existência da reforma agrária do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar, PNAE, PAA e leis municipais e estaduais existentes, CFES, Centros Públicos, Cirandas.net, cooperativismo nas agroindústrias rurais etc; tendo ainda transversalidade que, permite que o movimento tenha acesso aos programas públicos e ações sociais que contribuem com o desenvolvimento social e territorial em vários locais de nosso país.(MP 1,2,Buriti)

6. Temos diálogo da sociedade civil entre o poder público na constituição, execução e no controle das políticas públicas inclusive para elaboração de planos, programas e ações. O papel da SENAES e sua articulação com outras políticas públicas, algumas que se mostram bastante avançadas e conquistas em matéria de marcos legais da Economia Solidária nas três esferas de governo. (MP 4 e Alvorada)

VISÃO DE FUTURO

1. Nos últimos dez anos o movimento de Economia Solidária conquistou significativos avanços como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES, o aumento numérico dos Empreendimentos de economia solidária-EES, implementação de programas e políticas públicas como o Sistema Nacional de Comércio Justo e outros. **(MP 1, 2, 3, 5, 6, 7 Master, 8 Alvorada)**
2. O movimento de economia solidária tem pela frente muitos desafios. Para isso, na perspectiva de garantir novas conquistas que vão desde o fortalecimento da economia solidária como uma política de Estado é de fundamental importância, intensificar a mobilização e articulação para que o marco regulatório, o fundo nacional e a lei de Economia Solidária sejam aprovados e implementados no mais curto espaço de tempo nos três entes federados, para consolidação do Plano Nacional e criação do Sistema Único de Economia Solidária. **(MP 2, 3, 5, 6, 7 Master, 8 Alvorada, 10 Buriti)**
3. O ano de 2019 deve ser o espaço temporal para que a economia solidária com força política conquiste junto ao governo, o Ministério da Economia Solidária ou Secretaria Especial de Economia Solidária, assim como, criação de Secretarias de Economia Solidária nos estados e municípios para garantir projetos de apoio a ecosol, o fortalecimento do associativismo e cooperativismo para maior geração e qualidade de vida, para a participação social efetiva com o protagonismo dos segmentos da economia solidária. **(MP 1, 2, 7, 10 Buriti)**
4. Nos próximos cinco anos, é necessário fortalecer a musculatura política e o protagonismo dos EES, para incidir sobre as políticas públicas com a superação dos problemas vivenciados pelos empreendimentos. **(MP 6)**. É necessário, intensificar e qualificar a formação política, o trabalho de base, para novas consciências de consumo, para um novo modelo alternativo de desenvolvimento econômico e sustentável, formação para assessoria técnica, para a comercialização e finanças solidárias garantidas por lei com medidas tributárias e de acesso ao crédito. **(MP 5, 6, 8 Alvorada, 10 Buriti)**
5. A Economia Solidária enquanto movimento, precisa se integrar e articular com outros segmentos da sociedade civil organizada, com os movimentos sociais, com os fóruns, a partir da dinâmica territorial, pois somando as forças políticas, garanta a inserção de práticas metodológicas de Economia Solidária nos currículos escolares, Institutos de formação e Universidades, para mudança de cultura política e econômica. **(MP 6, 7, 8 Alvorada,)**
6. Espera-se que a Economia Solidária num processo de mobilização e participação nos fóruns, conselhos municipais territoriais, seguros da aprovação e regulamentação da lei, garanta a ampliação do investimento e a expansão das linhas de crédito mediados pela metodologia da economia solidária. **(MP 5)**
7. A Economia Solidária estruturada e efetivada como Política Nacional, financiada com pelo menos, 0,01% do produto interno bruto nacional, eficiente, eficaz e efetiva na execução/financiamento de projetos por meio da integração das Políticas Públicas da Economia Solidária e demais Políticas, consolidada com um modelo de desenvolvimento para municípios e estados. Nesse sentido, se expressa à importância da constituição e implantação de casas de Economia Solidária em todo o território nacional (não só nas capitais, mas também nos pequenos municípios e nas Comunidades Tradicionais), como

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável

espaços de fortalecimento dos mecanismos de comercialização, crédito e financiamento solidários, intercâmbio de experiências autogestionárias, formação de base para estimular a consciência crítica, qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras e empreendimentos, ambas precedidas pela inclusão nos currículos escolares da temática da Economia Solidária.

(MP 8 Alvorada)

8. Consolidar a Política da Economia Solidária perpassa também, pelo fortalecimento da Frente Parlamentar no Congresso Nacional que abraça a luta do movimento, que garanta a aprovação de um marco legal (e leis complementares necessárias que busque viabilizar a economia solidária), com o aporte de recursos para fundos de financiamentos Solidários.

(MP 10)